

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS COMPLEMENTARES

1. Introdução

Este documento serve como justificativa formal para a dispensa da publicação antecipada por três dias para recebimento de proposta complementar, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021, no processo de contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviço de operação tapa buraco para atender as demandas da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás, conforme Projeto Básico de Engenharia e condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. Justificativa para Dispensa de Publicação para recebimento de proposta complementar.

A necessidade urgente de contratação de empresa de engenharia especializada para a execução do serviço de operação tapa-buraco no município de Buriti de Goiás se apresenta como uma medida imprescindível para garantir a segurança viária, a mobilidade urbana e a preservação do patrimônio público. O agravamento das condições das vias municipais, intensificado pelo período chuvoso, tem gerado um cenário crítico, exigindo ação imediata da administração pública para evitar riscos iminentes à população e prejuízos ainda maiores aos cofres públicos.

As chuvas intensas das últimas semanas têm acelerado significativamente o processo de degradação do pavimento, fazendo com que buracos aumentem em número e profundidade. Essa situação tem comprometido a trafegabilidade das ruas e avenidas, afetando não apenas os deslocamentos diários da população, mas também serviços essenciais como transporte escolar, ambulâncias, transporte coletivo e até mesmo a logística do comércio local. A presença de buracos profundos e erosões coloca em risco direto a integridade física dos cidadãos, aumentando o risco de acidentes, danos a veículos e até mesmo de fatalidades.

Ademais, a continuidade das chuvas aliada à demora na execução dos reparos pode levar ao agravamento das avarias, resultando na necessidade de intervenções ainda mais onerosas, como recapeamento total de vias, cujo custo é significativamente superior ao serviço de tapa-buraco. Dessa forma, a imediata execução dos serviços se torna um imperativo não apenas para garantir a segurança dos munícipes, mas também para evitar danos irreversíveis à infraestrutura urbana e custos adicionais à administração pública.

A dispensa de publicação para recebimento de proposta complementar fundamenta-se, portanto, na urgência da situação e na impossibilidade de aguardar novos trâmites que retardariam a execução dos serviços essenciais. A postergação desse processo coloca o município em uma posição vulnerável, onde a inação da gestão pública poderia ser interpretada como omissão diante de um problema de grande impacto social e econômico.

A legislação vigente permite a adoção de medidas excepcionais quando há riscos concretos à segurança da população e à continuidade dos serviços públicos essenciais. A atual condição das vias do município configura, inequivocamente, uma situação emergencial, justificando plenamente a adoção dessa medida excepcional para garantir a celeridade na contratação e execução do serviço.

Dessa forma, diante da iminente necessidade de reparação da malha viária do município de Buriti de Goiás, com o objetivo de garantir a segurança pública, a fluidez do trânsito e a preservação do patrimônio público, torna-se indispensável a dispensa da publicação para recebimento de proposta complementar, possibilitando a imediata

intervenção e a mitigação dos riscos e prejuízos decorrentes da atual situação das vias urbanas.

3. Compromisso com a Transparência e a Ética

Reafirmamos nosso compromisso com a transparência e a ética administrativa. Todo o processo de contratação e as decisões tomadas serão documentadas, estando disponíveis para revisão e auditoria.

4. Fundamentação

Atendendo ao que a legislação preconiza, conforme art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21 (NLL), que, por sua vez, a Lei determina que as contratações diretas, por dispensa em razão do valor, sejam precedidas **preferencialmente** *“... de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa”*.

O termo **“preferencialmente”** faz com que se torne absolutamente imprescindível a inclusão de justificativa, caso se opte por não se efetuar o procedimento previsto no referido parágrafo.

Preliminarmente, cabe destacar que o Processo Licitatório em questão teve todos seus atos devidamente publicados, ocorreu em perfeita sintonia com os ditames legais.

Ainda, a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/21, no tocante à modalidade e ao procedimento.

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comumente chamada de Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC, prevê, em seu art. 75, dezenas de hipóteses de contratação direta por dispensa de licitação, incluindo as dispensas de licitação em razão do valor, previstas nos incisos I e II, que são as mais conhecidas, juntamente com a dispensa emergencial.

Especificamente para as duas primeiras hipóteses, de dispensa de licitação em razão do valor do dispêndio no exercício, a NLLC prevê que deve ser feita preferencialmente a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, com o propósito específico de obter propostas adicionais. Confira o excerto abaixo, com a redação completa do dispositivo:

“Art. 75, § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.”

Em primeiro lugar, observe-se que tal procedimento não é obrigatório, em que pese ser de uso preferencial e exigir motivação para o seu afastamento. E como a Controladoria-Geral da União-CGU indica que o custo processual é diretamente proporcional ao tempo gasto no processo administrativo de contratação, se a potencial economia obtida na disputa não compensar tais custos, a Dispensa Eletrônica se tornaria “deficitária”.

Em segundo lugar, observe-se que a lei determina que deve ser selecionada sempre a proposta mais vantajosa. E, para tanto, **foi adotado o procedimento de “NEGOCIAÇÃO”**, que a NLLC faculta para uso na licitação e seria no mínimo desarrazoado proibir a negociação no procedimento de contratação direta, já que para ele a legislação prevê controles menos burocráticos, e não há sequer previsão legal de disputa neste caso.

É importante observar que, pela ordem do texto constitucional, a isonomia é uma garantia intrínseca à licitação, não exigível nos casos onde o legislador permite afastar a licitação e realizar a contratação direta:

“Art. 37, XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes...”

É dizer que, se a Administração adotar legitimamente uma das hipóteses legais de contratação direta, não há que se impor a ela o dever de garantir a isonomia entre todos os potenciais interessados naquela contratação, já que se trata de contratação direta, sem obrigação de disputa. Até mesmo por isto o legislador previu o controle de fracionamento, que deve levar em conta o ramo de atividade dos potenciais fornecedores e, somente quando ultrapassado o limite legal de valor, somado ao longo de todo o exercício, é que o órgão fica obrigado a cumprir o dever constitucional de licitar e, com isto, garantir a isonomia.

Se observarmos as exigências legais para o processo de contratação direta, vamos notar que no art. 72 da NLLC exige-se a indicação da "razão da escolha do contratado", por tanto, observa-se que a empresa a ser contratada possui vasta gama de atendimentos a entes municipais, bem como, prestou com excelência outras contratações realizadas junto ao nosso município, conforme previsão nos termos do §3º do art. 87 da NLLC.

Por fim, diante de todo o exposto, conforme previsão contida no art. 23, § 1º, c/c I e IV, do art. 23, da Lei Federal nº 14.133/21 (NLL), realizou-se pesquisa de preços com 03 (três) potenciais fornecedores.

5. Conclusão

Com base nos argumentos apresentados, justifica-se a dispensa da publicação antecipada por três dias para a contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviço de operação tapa buraco para atender as demandas da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás, conforme Projeto Básico de Engenharia e condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Esta medida é tomada no melhor interesse da comunidade atendida e em conformidade com as normas legais pertinentes.

Buriti de Goiás, aos 20 de março de 2025.

MAXWELL GIDEONNE FERREIRA DE ASSIS
Secretário de Administração